

CARLOTTI E MARIA ARMINDA APAGAM AS LUZES DA GESTÃO SEM CUMPRIR A PROMESSA DO BUSP



A gestão Carlotti–Maria Arminda termina sem cumprir uma demanda elementar: o BUSP para as terceirizadas. Além disso, aprofundou um regime de terceirização racista e machista que joga sobre mulheres negras a pior parte do trabalho na USP.

O BUSP para as terceirizadas foi aprovado no Conselho Gestor do Campus e incorporado ao Plano Diretor no começo do ano, fruto da luta do SINTUSP e da categoria, como a própria prefeita do campus Raquel Rolnik teve que admitir:

"A reivindicação de que o BUSP possa ser usado pelos terceirizados foi aceita e está incorporada no Plano Diretor. Isso foi muito claramente fruto da luta do Sintusp, presente e colocando essa questão em todas as oficinas, em todos os processos de participação"

No entanto, a Reitoria segue se negando a implementar um direito elementar de transporte dentro do próprio local de trabalho, muito embora o próprio Carlotti tenha dito em reunião do conselho universitário que o BUSP seria concedido. Num orçamento bilionário que ultrapassa os 9 bilhões de reais ao ano, alegar qualquer dificuldade para garantir ônibus interno gratuito para quem limpa, cozinha e mantém a USP funcionando é uma escolha política consciente de manter a segregação entre efetivas e terceirizadas.

Não se trata de “mero modelo de gestão”: na USP, a terceirização tem cor, gênero e classe, porque recai majoritariamente sobre mulheres negras em serviços de limpeza, copa e manutenção, justamente os trabalhos mais precarizados e invisibilizados. Negar o BUSP, bem como negar direitos iguais como carreira, prêmios e estabilidade para esse setor é levar adiante um projeto racista e machista de universidade, que admite a presença de mulheres negras apenas como mão de obra barata, sem direitos e circulando menos pelo campus do que estudantes e servidores efetivos.

Enquanto divulga discursos de “diversidade” e “inclusão”, a Reitoria consolida um modelo em que quem realiza o trabalho mais pesado continua sem o direito básico de se deslocar com segurança e dignidade dentro da universidade. Esse legado não é neutro: é a continuidade de uma USP que se apoia na superexploração de mulheres negras terceirizadas, tratando como favor o que deveria ser o mínimo, e mostrando que o racismo e o machismo institucionais seguem estruturando a organização do trabalho na universidade.

A luta pelo BUSP é parte da batalha estratégica pelo fim da terceirização e pela efetivação sem concurso de todas e todos que hoje sustentam a USP em condições precárias, enfrentando de conjunto o caráter racista, machista e privatista desse projeto de universidade.

PELO DIREITO AO BUSP PARA TODAS AS TERCEIRIZADAS!



MAIS UMA EMPRESA TERCEIRIZADA PREJUDICANDO OS TRABALHADORES: AGORA É A L&N

A empresa terceirizada L&N pediu para sair da Faculdade de Saúde Pública, mas quer que quem pague a conta sejam os trabalhadores. Em vez de garantir todos os direitos de quem ela própria está deixando para trás, está chantageando e assediando para empurrar mudanças de jornada e que os funcionários abram mão de verbas rescisórias.

Com a recusa dos trabalhadores em aumentar a jornada a L&N empurra os trabalhadores a pedirem demissão “por vontade própria”, o que livra a empresa de pagar a multa de 40% do FGTS e outras verbas rescisórias, transferindo para o bolso de quem ganha menos o custo da decisão patronal de romper o contrato. Isso combina assédio, chantagem e violação de direitos elementares, num cenário em que a terceirização já coloca esses trabalhadores em condição inferior em relação aos servidores da USP em termos de estabilidade, salário, jornada e condições de trabalho.

Os trabalhadores da L&N exigem que, já que a iniciativa de romper o contrato partiu da empresa, que ela arque com a demissão sem justa causa e com o pagamento integral de todos os direitos para quem não quiser ser transferido a transferência. Para quem for transferido, é inegociável a manutenção da jornada original, sem sábados, e o fim imediato das punições e suspensões arbitrárias que têm sido usadas para intimidar a categoria.

Essa é a cara da terceirização na USP. Empresas terceirizadas e fundações enchendo os bolsos às custas da dignidade e dos direitos básicos dos trabalhadores com a permissão e o incentivo da reitoria!

Basta! Por igual direitos e igual salários para todos os trabalhadores terceirizados. L&N pague os direitos dos trabalhadores, já!

MAIS UMA VEZ A PRIP ATROPELA OS DIREITOS DAS TRABALHADORAS E EDUCADORAS DAS CRECHES!

O Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), um dos conselhos centrais da USP e comandado pela PRIP (Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento), deveria servir para garantir direitos humanos, diversidade, permanência e políticas para moradia estudantil, creches e restaurantes universitários. Mas, em vez disso, está sendo usado para atacar direitos históricos das educadoras e trabalhadoras das creches, mexendo nas férias e ignorando a justa reivindicação do recesso.

No dia dia 10 de dezembro, na 31ª sessão do CoIP, a PRIP colocou em pauta uma mudança no artigo 32 do Regulamento do Programa de Educação Infantil (Resolução CoIP 8867), para escrever que as férias das servidoras das creches serão “distribuídas em janeiro e julho”. Esse detalhe aparentemente técnico amarra por resolução o que sempre foi definido pelas equipes e pela necessidade pedagógica das creches: as férias. Essa resolução vem sendo usada pela PRIP e pela reitoria como justificativa para barrar o recesso reivindicado pelas trabalhadoras.

O mais absurdo ainda é que na CoIP não há qualquer representação das trabalhadoras das creches ou dos técnico-administrativos. No papel, seu papel é “traçar diretrizes” para igualdade de gênero e étnico-racial, permanência, moradia, creches e RU; na prática, vem sendo uma instância de cima para baixo, que decide políticas sensíveis sem ouvir quem vive o cotidiano do trabalho nas unidades.

É inaceitável que um conselho sem representação das trabalhadoras regule, por cima da categoria e do sindicato, direitos como férias e organização da jornada, sobrepondo-se a auto-organização construída há mais de 20 anos. A PRIP transforma o CoIP em instrumento autoritário para engessar o calendário, destruir o direito ao recesso e usar o regulamento das creches para disciplinar servidoras que já trabalham em condição de enorme desgaste físico e emocional.

A Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento, Ana Lanna, e a professora Marie-Claire Sekkel, responsável pela área de Vida no Campus e pela Divisão de Creches, precisam responder por que estão levando adiante uma resolução que retira direitos em vez de ampliar. Não é aceitável posar em vídeos e campanhas comemorando “40 anos do programa de creches” enquanto se usa o CoIP para restringir férias, ignorar a reivindicação do recesso de julho e ignorar o pedido das trabalhadoras para que o tema não fosse votado sem ampla discussão nas unidades e com o sindicato.

Exigimos a retirada imediata de qualquer menção a férias e organização da jornada do texto da Resolução CoIP 8867 e suas alterações, reafirmando que direitos de servidoras são tema de acordo coletivo, negociação sindical e decisão da categoria, não de conselho controlado por gestores. Ao mesmo tempo, é necessário organizar assembleias nas creches, denunciar essa manobra da PRIP em toda a USP e exigir o justo direito ao recesso em julho e a manutenção da forma de organização construída historicamente pelas educadoras e trabalhadoras das creches da universidade.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS